

CLIPPING

16 de Fevereiro de 2020

O Liberal – Panorama, 09 - Economia.

SALÁRIO

Mínimo não recupera o consumo

REMUNERAÇÃO - Assalariados não podem comprar mais do que o básico com R\$ 1.045

ELISA VAZ
DA REDAÇÃO

Quem vive com um salário mínimo não dá conta de custear todas as despesas de uma família. Em vigor desde o primeiro dia deste mês, o novo valor, de R\$ 1.045, não é suficiente para que os paraenses deixem de comprar apenas o básico, de acordo com o economista André Cutrim. Um dos motivos para que isso ocorra, em sua avaliação, é que o reajuste foi muito pequeno, de apenas 3,5%, seguindo a inflação do ano passado.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que, em quatro anos, 1,8 milhão a mais de trabalhadores passaram a ganhar

até um salário mínimo no terceiro trimestre do ano passado. Nesse período, eram 27,3 milhões de pessoas recebendo o valor, um terço do total de trabalhadores do país. Para especialistas do mercado, essa expansão ocorreu pela explosão da informalidade nos últimos anos, que ficaram expostos a condições piores e baixas remunerações.

Na região Norte, houve aumento de 306,1 mil trabalhadores ganhando um salário mínimo, segundo o IBGE. Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostrou que, com os R\$ 47 acrescidos ao mínimo, é possível comprar sete dúzias de banana, três quilos de dourada, 11 pacotes de macarrão, 13 passagens de ônibus coletivo ou seis qui-

los de frango.

Na avaliação do diretor técnico do Dieese, economista Roberto Sena, o salário ainda continua comprando pouca coisa. No mês de dezembro, por exemplo, a cesta básica dos paraenses custou R\$ 414,13 e comprometeu cerca de 45,10% do antigo salário mínimo, de R\$ 998. O impacto agora é menor, mas ainda não atende os preceitos constitucionais, que garante que o trabalhador tenha direito a habitação, vestuário, transporte, educação, alimentação, lazer e outros.

ESSENCIAL

A bordadeira de vestidos de noiva Priscila Santos, de 35 anos, trabalha em uma loja há três anos, onde ganha um salário mínimo. Antes disso, ela ocupava

Reajuste oferecido pelo governo não inclui ganho real para os trabalhadores

a mesma função em outra loja de vestidos, com o mesmo vencimento mensal. Junto com o marido, que também recebe o mesmo valor por mês, ela sustenta

dois filhos, de 6 e 12 anos.

Com pouco mais de R\$ 2 mil por mês, a família paga R\$ 600 de aluguel, R\$ 180 de energia elétrica, R\$ 580 de compras no supermercado, R\$ 200 com a escola particular do filho mais novo, R\$ 300 para a babá que fica com os pequenos e R\$ 150 da aula de reforço do filho mais velho. Ao final do mês, todos os gastos totalizam R\$ 2.010.

Segundo a trabalhadora, a remuneração só dá para comprar o essencial. "Não dá para comprar tudo que

queremos, então sempre fazemos assim, compramos o básico, que realmente precisamos pagar durante o mês, e o que não dá para comprar deixamos para uma outra vez", conta. Para ter uma renda extra e dar mais qualidade de vida aos dois filhos, Priscila faz hora extra na loja onde trabalha. Não há gastos com transporte porque é um dos benefícios do trabalho, mas ela diz que "não usamos o dinheiro para nada".

O economista Cutrim afirma que não há ganho re-

al para os consumidores, já que o reajuste do salário segue a mesma alta da inflação. Na opinião dele, não adianta aumentar o ganho do trabalhador se o custo de vida permanecer elevado. "O ideal seria criar parâmetros necessários para que o aumento do salário fosse um aumento real, e não uma alta ilusória. Isso cria uma falsa ideia de que os brasileiros, sobretudo as classes mais humildes, terão poder de compra, o que sabemos, com base no passado, que não ocorre", explica.



Preço alto e salário baixo inibe o consumo, explica economista